

POR UMA DEMOCRACIA SOCIALISTA NA EUROPA

Moção apresentada por Renato Albertini, Giovanni Bacciardi, Catia Belillo, Guido Cappelloni, Vea Carpi, Gian Mario Cazzaniga, Armando Cossutta, Gianni Favaro, Fausto Monfalcon, Luigi Pestalozza.

A proposta de uma constituinte para uma nova formação política parte da afirmação de uma mudança ocorrida na situação mundial e da necessidade de desbloquear em direção à democracia o sistema político italiano. Mas exatamente este objetivo impõe não a dissolução mas o fortalecimento e a renovação de um partido comunista de luta e de governo.

1. NÃO À DISSOLUÇÃO DO PCI

Termina a guerra fria na Europa, se afrouxam em cada país, no Leste como no Ocidente, vínculos e condicionamentos ditados pela contraposição dos blocos; se criam as condições para o desenvolvimento de uma batalha ideal renovada, política e social. O anúncio da parte soviética da retirada, até o ano 2.000, de todas as tropas hoje presentes em países estrangeiros e o início de reconversão, na URSS, da indústria bélica em indústria civil, abrem pela primeira vez possibilidades reais de desarme generalizado, dissolução dos blocos militares e fim da hegemonia dos complexos militares industriais que são o mais grave inimigo da democracia e da paz e que, entrelaçados com a finança internacional, condicionam e ameaçam o futuro da humanidade. A libertação de imensos recursos e tecnologias que possam ser empregadas para vencer a mais importante batalha de nossa época, aquela contra a fome e o subdesenvolvimento, determinam o encaminhamento de novas formas de progresso econômico e social compatíveis com a redução dos consumos energéticos.

Na nova realidade em movimento é possível, hoje, imprimir um forte impulso à ação para a superação das contradições que grassam hoje na sociedade moderna; é possível hoje retomar e tornar mais incisiva a ofensiva em direção a objetivos de efetiva transformação. A proposta do secretário do partido não ~~está~~ ^{está} somente à altura destas possibilidades aumentadas, mas representa de fato uma abdicação do papel decisivo que cabe hoje aos comunistas. A dissolução do PCI em uma nova

A proposta do secretário do partido não está somente à altura destas possibilidades aumentadas, mas representa, de fato, uma abdicação do papel decisivo que cabe hoje aos comunistas.

formação política representa a renúncia não somente e não tanto a um nome e a um símbolo, mas à própria função que é exclusiva de uma força comunista. Representa, aliás, a intenção de renúncia total de sua natureza, encaminhando o nascimento de um partido totalmente diverso nas formas e nos conteúdos. Pode ser que um novo partido como este possa corresponder às exigências daqueles setores dinâmicos de burguesia que não encontram mais na DC e no PSI as suas referências políticas e que julgam o PRI um partido ausente daqueles apoios populares que são necessários para sustentar os seus planos de modernização e desenvolvimento capitalista.

Mas é evidente que um partido como este não seria aquele do qual precisam os trabalhadores e as camadas sociais que almejam uma organização livre e democrática da sociedade fundada sobre princípios e garantias de justiça, rica de idealidades socialistas: um partido autenticamente de esquerda, não homologado e não homologável pelo sistema vigente, capaz de estabelecer convergências e relações unitárias com os partidos, as forças, os movimentos de esquerda, e progressistas laicos e católicos.

Nesta situação, o nosso país necessita mais do que nunca de lutadores para uma efetiva democracia e a democracia precisa hoje mais do que nunca dos comunistas, de um forte e grande partido comunista. Os comunistas italianos têm sido a força unitária decisiva da luta antifascista que conduziu à constituição republicana; da luta pela sua salvaguarda em julho de 1960, quando jovens, operários e partidos, guiados pelo PCI, esconjuraram o perigo da restauração neofascista; das lutas sociais de 1968-1975 em que massas de mulheres e homens, guiados mais uma vez pela classe operária e o seu partido, modernizaram e democratizaram o país. Modernizaram o país na economia, impondo com a pressão reivindicatória, a reorganização e a inovação do sistema produtivo

e o modernizaram na sociedade guiando o trabalho assalariado e as novas profissões em direção ao associacionismo democrático, o pluralismo de informação, o estatuto dos trabalhadores, as vitórias dos referenduns sobre o divórcio e o aborto, a instituição do serviço sanitário nacional, a reforma do direito da família e os novos códigos. Ainda nos anos 70 as provocações terroristas e as matanças de Estado, manobradas por forças internas aos aparelhos estatais e aos partidos de governo ligados aos setores reacionários dos serviços ocidentais, foram derrotadas, em primeiro lugar, pela resposta democrática de massa da classe operária, dos seus sindicatos e do PCI.

Em todos estes decênios do pós-guerra os comunistas italianos têm coerentemente lutado pela defesa e o desenvolvimento da democracia. Neste terreno conheceram demissões, repressões, cárceres, dezenas de mortos. No terreno da democracia republicana os comunistas não têm autocriticas a fazer, têm a pedir explicações aos grupos capitalistas dominantes e àqueles que governaram mal o país.

2. FIM DA GUERRA FRIA

A queda do muro de Berlim assinala emblematicamente o fim da guerra fria na Europa, abrindo novas possibilidades de paz em um mundo ainda marcado por conflitos sangüinários nacionais e sociais, desde o Oriente Médio à América Central, à África do Sul ao Camboja (conflitos condicionados até agora pela confrontação entre os blocos), representando o nascimento de um sistema multipolar de civilizações e regimes sociais diversos. A interdependência dos mercados, a difusão das novas tecnologias, a mobilidade do capital intelectual e os novos sistemas de informação de massa em tempo real, o impacto mundial dos desequilíbrios ambientais impõem a colaboração entre as nações, o desenvolvimento do direito internacional como sistema de normas com próprias instituições arbitrais universalmente reconhecidas, e novas formas de condução mundial das contradições que marcam a vida do gênero humano. Da mesma forma que a guerra fria foi o prosseguimento do segundo conflito mundial, em formulação anti-soviética, adiando por meio século a realização dos tratados de paz com a Alemanha e o Japão, também o fim da guerra fria levará em direção a um sistema mundial de cooperação não mais monopolizado pelas potências vencedoras sob a hegemonia dos Estados Unidos. Perfilam-se grandes reformas a partir do Conselho de Segurança da ONU e dos organismos econômicos mundiais até agora dominados pelos Estados Unidos (FMI, Banco Mundial, Gatt...); perfila-se o relançamento dos organismos internacionais de assistência econômica (FAO), tutela cultural (UNESCO), informação e controle sobre a energia nuclear (AICA); perfila-se o fim da militarização do espaço e o início de exposições especiais coordenadas por organismos mundiais, constituindo desse modo as premissas pelo nascimento de uma confederação mundial no século XXI. Nesta nova situação de interdependência e multipluralidade onde a própria hegemonia dos EUA nos mercados está hoje em crise perante o mais rápido desenvolvimento da RFA e do Japão, começam a desaparecer

No terreno da democracia republicana os comunistas não têm autocriticas a fazer, têm a pedir explicações aos grupos capitalistas dominantes e àqueles que governaram mal o país.

as razões históricas que têm determinado a fissuração do movimento operário no período das duas guerras mundiais. De um lado, estão entrando em crise, nas social-democracias operárias da Europa setentrional, o atlantismo anticomunista e as estratégias reformistas limitadas à redistribuição de renda e à mobilidade social; do outro lado, tem entrado em crise o monopartidarismo e a planificação autoritária dos socialismos, filhos de guerra dos países da Europa Oriental. As pacíficas revoluções democráticas em curso são testemunho, ao mesmo tempo, do nível de maturidade civil alcançado nestes países e da impotência das camadas burocráticas que, ao se proclamarem representantes da classe operária, manifestam incapacidade de reagir e se reformar quando a população se rebela exatamente em nome de princípios de autogoverno e democracia socialista. A contradição tem se tornado explosiva quando a derrota norte-americana no Vietnã e a conquista da igualdade estratégica por parte da URSS têm assinalado o início da guerra fria, absurdamente prosseguida com uma corrida ao rearmamento que levou os Estados Unidos ao declínio econômico e a URSS à crise de regime. Hoje, a nova revolução soviética recolhe a herança leninista do autogoverno dos soviéticos e da NEP, procurando construir novas formas de socialismo fundadas na economia mista, no Estado de direito, na democracia conciliar, no pluralismo político e na reconversão do aparelho militar em investimento civil, no crescimento do intercâmbio cultural, tecnológico e comercial com os países capitalistas.

De forma análoga, nos países subdesenvolvidos têm entrado em crise as ilusões de passar rapidamente das formas pré-capitalistas para a planificação centralizada tipo socialista, pelo isolamento impossível destas experiências nacionais do mercado mundial e pelo projeto voluntarista de construção dos novos modos de produção. Ao contrário, a transição do capitalismo ao socialismo só pode ser vista como processo mundial no qual permanece como terreno decisivo de luta a democracia, entendida como igualdade de direitos individuais, transparência das decisões e controle público do mercado, que defenda a satisfação das necessidades sociais. O pleno florescer da democracia na individualização de mecanismos apropriados de formação do consenso, de incentivo individual e ao mesmo tempo de garantia de iguais oportunidades, deverá enfrentar, efetivamente, o nó teórico e prático de como superar a atual estrutura capitalista dos direitos de propriedade na construção de novas formas de socialização e de controle de poder econômico. É no terreno da democracia que, na pluralidade de formas econômicas e culturais hoje presentes na cena mundial, trava-se a grande batalha do mundo moderno, iniciada em 1789 em Paris, prosseguida em 1917 em Petrogrado, entre progresso e reação.

3. PENSAR DE NOVO O NOSSO PASSADO

A originalidade do PCI tem sido aquela de conjugar a experiência reformista padana e a identidade de classe voltada para a afirmação de função dirigente da classe operária com a escolha de campo antiimperialista e filo-socialista, seguindo firme, mesmo nos limites históricos objetivos da guerra fria, a escolha estratégica constitucional do pluralismo político, da economia mista e da unidade do movimento operário na relação com o PSI. É esta herança togliattiana na qual nós nos reconhecemos. Sobre esta linha soubemos renovar objetivos de luta, grandes alianças sociais e formas organizativas de massa dos anos 70, perseguindo a unidade entre as três grandes componentes populares do nosso país e, ao mesmo tempo, mantendo firme a perspectivas da superação do capitalismo.

Sobre esta linha, na conferência dos partidos comunistas e operários de Moscou, em 1969, Longo-Berlinguer opuseram à tese soviética defensiva dos dois campos contrapostos, uma estratégia ofensiva de superação do capitalismo que, no terreno da paz, da independência dos povos e de cooperação internacional, unificasse o movimento operário, movimentos nacionalistas revolucionários e movimentos religiosos de libertação.

O fim da guerra fria é também o sucesso desta estratégia de Togliatti e do PCI, que hoje vê a crise do atlantismo e o início de um possível papel autônomo de progresso e de paz da Europa na cena mundial.

4. AS DUAS ALMAS DO PCI

No fim dos anos 60, perante a abertura do maior ciclo de lutas sociais do pós-guerra, abriu-se no PCI um choque entre duas linhas políticas e duas culturas profundamente diversas, cuja contínua mediação tem produzido uma ambigüidade de propostas e uma incerteza de iniciativas, enfraquecendo assim o partido em seu enraizamento social e as próprias confirmações eleitorais. A discussão deste congresso extraordinário não pode se limitar à proposta de dissolver o PCI em uma nova formação política, proposta que deve ser recusada, mas deve esclarecer finalmente a questão das duas almas e escolher qual das duas deve dirigir o partido. De um lado, há quem privilegia a presença nas instituições representativas, subordina o movimento de massa às alianças político-institucionais, vê a intervenção do Estado como amortizador dos custos sociais do desenvolvimento e não como projeto de orientação da acumulação voltada para a satisfação das necessidades sociais. Vê, enfim, a atual forma capitalista da economia de mercado como horizonte histórico insuperável. Não é por acaso que os dirigentes do partido que expressam estas posições privilegiam hoje a aliança com os dirigentes neoconservadores do PSI, do mesmo modo como queriam, na estagnação do movimento de massa, a fase política da solidariedade nacional e a estratégia sindical do EUR, entendendo a função nacional da classe operária como subordinação da sua renda e do seu papel político às exigências da reestruturação capitalista em nome, ainda uma vez, da subordinação à lógica da guerra fria.

Do outro lado, há quem conceba o conflito social como

A discussão deste congresso extraordinário não pode se limitar à proposta de dissolver o PCI em uma nova formação política, proposta que deve ser recusada, mas deve esclarecer finalmente a questão das duas almas e escolher qual das duas deve dirigir o partido.

fundamento da democracia e vitalidade para as próprias instituições, reafirmando o papel dirigente da classe operária na riqueza de suas figuras profissionais, velhas e novas, e no crescimento de sua influência cultural e política em direção aos setores do trabalho dependente dos serviços e na administração pública, vendo no crescimento das lutas sociais a condição necessária para uma política de reformas de estrutura e de alianças sociais, graças ao impacto inovador que estas lutas exercem sobre os aspectos econômicos e institucionais existentes.

O dois maiores sucessos eleitorais do partido em 1976 e 1984 foram frutos de dois momentos altos da luta social dos quais o último, o do gatilho salarial, terminou em derrota porque, perante o ataque violento desencadeado pelo governo Craxi, uniu-se a fraca compreensão do grupo dirigente do partido sobre o significado deste ataque, que visava, na realidade, a ruptura do poder de negociação e o boicote objetivo da luta de componentes importantes do quadrô comunista no partido e no sindicato.

Também no congresso passado se confrontaram, no contexto do mesmo documento da maioria, duas formulações de leitura diversa da situação italiana e dois modos diferentes de conceber a proposta política da alternativa. Tem se criado em nosso país um bloco de forças moderadas que encontrou sua coesão, ainda antes que ao nível político, no terreno econômico e social, conquistando, ao mesmo tempo, uma adesão difusa a determinados modelos culturais e comportamentos de valores consolidados. A reestruturação econômica tem, com efeito, dado lugar a diversas agregações sociais, a novas relações de poder, favorecendo a formação de um novo compromisso político. A alternativa deve, portanto, ser concebida não como uma mera proposta de ordem de formação, como uma taumatúrgica solução de governo capaz de empurrar a DC para a oposição, mas como um processo que ponha suas raízes em uma maior capacidade antagonista, de forma a agregar forças diversas, recompondo um novo tecido conetivo a nível social e abrindo caminho em direção a alianças políticas mais avançadas.

5. O GOVERNO ANDREOTTI

A necessidade de clareza deve ser reposta hoje com relação ao governo Andreotti e ao juízo a ser dado sobre ele. Este governo se constitui no ponto de chegada das manobras conservadoras nos anos 80 e carrega, no fundo, um projeto fundado no redimensionamento da indústria do Estado e no aumento do financiamento público às empresas privadas; na derru-

bada do poder contratual dos sindicatos e, por isso, da dinâmica salarial, do domínio de poucos grandes grupos privados, guiados por Agnelli e Cuccia, que vem se estendendo aos setores bancários de seguros e da produção bélica; na hegemonia do grupo Berlusconi na política de informação; nos condicionamentos sempre maiores de magistratura por parte do poder executivo e nos projetos de limitação do direito de greve; elementos todos estes que já se configuravam com clareza em um projeto passado, o do assim chamado "Plano de renascimento da democracia", de Gelli.

Somente um desenvolvimento de um novo ciclo de lutas sociais que expresse novas formas de democracia sindical e um grande movimento de massa para o desarmamento e a dissolução dos blocos militares pode pôr em crise este projeto, libertando as forças democráticas, também presentes no PSI e na DC, dos vínculos hoje exercidos pela tríade Craxi, Andreotti, Forlani. É no terreno social, de outro lado, que hoje pode vir o impulso em direção a equilíbrios políticos mais avançados para criar as condições de alianças acreditáveis de governo e fazer de um novo desenvolvimento da democracia italiana o nosso cartão de ingresso na Europa.

6. A INTERNACIONAL SOCIALISTA

É este o terreno real sobre o qual deve-se medir a proposta de adesão à Internacional Socialista. A evolução da situação mundial; o debate autocrítico em curso nas social-democracias operárias sobre o tema da superação do capitalismo, do qual é confirmação o novo programa fundamental da SPD, e nos partidos comunistas sobre o tema do pluralismo político e da economia mista como novas formas de edificação do socialismo; o desdobramento das lutas sociais e de partidos de trabalhadores nos países de industrialização nova, do Brasil à Coreia do Sul; o debate dos movimentos nacionalistas revolucionários à procura de novos caminhos para sair do subdesenvolvimento; todos estes elementos convergem no sentido de colocar as premissas para a construção de uma nova organização mundial dos partidos e dos movimentos que lutam pelo socialismo, assim como aconteceram com a formação da II Internacional. É neste quadro que deve ser colocada, hoje, a questão da Internacional Socialista, isto é, uma organização em cujo interior operam até hoje partidos abertamente reacionários, hoje inadequados aos processos de renovação em curso no movimento socialista mundial; e é, portanto, exatamente naquele quadro de renovação que devem ser apreciadas as próprias posições de confrontação e indagação unitária expressas pelo novo grupo dirigente soviético dirigido por Gorbatchov. Uma outra questão é a de solicitar a imediata adesão do PCI, do qual, por outro lado, o atual grupo dirigente propõe a dissolução em uma nova formação política, como reflexo de uma visão toda eurocentrista da cena internacional e como instrumento para antecipar uma política unitária com o atual grupo dirigente do PSI que não passe pela clareza de uma confrontação programática nos dois partidos e no país. Não se constrói uma estratégia unitária do movimento operário italiano que, bem entendido, não deve ser procurada e perseguida, através de atalhos marotos no exterior.

Existe hoje uma esclerose burocrática nas organizações sindicais, que se constitui no primeiro e preliminar obstáculo a ser removido para a retomada do movimento de massa e da iniciativa política.

7. POR UM PARTIDO COMUNISTA DE LUTA E DE GOVERNO

O desenvolvimento da democracia deve antes de tudo atingir as organizações que lutam pela democracia. Existe hoje uma esclerose burocrática nas organizações sindicais, que se constitui no primeiro e preliminar obstáculo a ser removido para a retomada do movimento de massa e da iniciativa política. A atual estrutura centralizada e hierárquica do aparelho do partido deve ser, de outro lado, substituída por um partido de forte descentralização regional, cuja articulação em componentes culturais e programáticos deve realizar um efetivo envolvimento dos inscritos na elaboração e na iniciativa, através de periódicas conferências nacionais e regionais que sejam expressão dos grandes setores sociais e dos grandes temas que animam a vida do partido: conferência das trabalhadoras e dos trabalhadores, conferência das mulheres comunistas, conferência da cultura e da ciência, conferência sobre a questão juvenil, conferência para o desarmamento e a paz. Esta nova estrutura deve ser garantida por um novo estatuto, por um sistema de regras claras e transparentes que façam coincidir os órgãos dirigentes formais com aqueles reais, contrariamente ao que aconteceu nestes meses, observados por métodos presidencialistas e por efêmeras políticas de imagem. A própria experiência do governo sombra exige uma redefinição dos momentos de decisão e uma integração entre governo sombra, seções de trabalho centrais e iniciativas de movimento, integração até hoje não realizada. Nova estrutura e novas regras são decisivas para a retomada da presença organizada nos locais de produção, do enraizamento social no território e do próprio desenvolvimento da exigência das mulheres comunistas, uma das poucas experiências inovadoras da elaboração e da iniciativa política recente que deve ser salvaguardada como patrimônio unitário do debate congressual. Não podemos a este respeito querer reafirmar o quanto já escrevemos na moção minoritária ao XVIII Congresso: "Está na hora de os objetivos e as idéias formuladas pelo movimento das mulheres se tornarem parte integrante da cultura e dos programas de luta de todo o partido".

Também a política externa do partido, que já há tempos se constituiu em uma variante subalterna da linha de Andreotti, deve tomar ciência das mudanças da situação internacional saindo da lógica da guerra fria e das instituições executivas, para se tornar debate, compreensão e iniciativa de massa no terreno do desarmamento, da dissolução dos blocos militares e da libertação da miséria para a maioria da humanidade. É esta a estratégia que nós opomos à proposta de dissolução do PCI; uma estratégia que ao se abrir a todas as forças

laicas e católicas da paz e do progresso leve à formulação de um programa fundamental para um novo grande partido comunista.

8. ^{Don} PARA UM NOVO PROGRAMA FUNDAMENTAL

Nesta nova situação internacional e na presente perspectiva de impulsionamento do partido é necessário individualizar alguns temas de orientação, iniciativa e mobilização na direção da formulação de um programa fundamental de redefinição da identidade comunista de partido. Vamos indicar, como contribuição à discussão e à retomada da iniciativa do partido, as seguintes grandes questões:

a) Questão Sindical

É necessário trabalhar para a construção de uma nova democracia representativa e para que a estrutura da Central Geral dos Trabalhadores Italianos seja fundada nas correntes de programa, nas eleições diretas dos funcionários e no fim da incompatibilidade. A extensão do processo às outras confederações, na base do desenvolvimento democrático e do movimento, permitiria repropor, a partir de baixo, a unidade sindical em contraposição às correias de transmissão política-burocráticas, e a institucionalização do sindicato na contratação triangular centralizada. Isso significa o fim da guerra fria também para o movimento sindical e poderia pôr em discussão a própria unidade política dos católicos em um quadro de riqueza sempre maior do movimento.

Neste quadro deve ser facilitada a retomada do movimento reivindicatório sobretudo no terreno redistributivo e da reforma fiscal para inverter a redistribuição da renda ocorrida no anos 80 a favor das rendas de capital e rendas financeiras. Somente a retomada da dinâmica retributiva pode tornar viável a batalha pela redução generalizada do horário real, sustentada também por uma lei sobre o horário, férias, teto das horas-extras e direito à formação permanente como é aquela proposta positiva na lei de iniciativa popular das mulheres comunistas.

Esta batalha deve atingir todos os setores do trabalho assalariado com uma defesa intransigente do direito de greve e da organização sindical, com a extensão do Estatuto dos Trabalhadores à pequena empresa e à empresa artesanal, com uma retomada da batalha dos direitos individuais e dos direitos coletivos que restituam ao sindicato o controle do mercado de trabalho e o controle do ambiente de trabalho, superando velhas e novas divisões surgidas nestes anos, da queda do poder contratual, da difusão dos subcontratos e das contratações por tarefa, do crescimento do trabalho clandestino tornado explosivo pelo afluxo de imigrantes clandestinos extracomunitários.

A retomada da presença democrática do sindicato representa, por outro lado, a primeira condição para que possam se desenvolver formas mais avançadas de democracia econômica. Não se trata tanto de imaginar formas de co-gestão impraticáveis, ineficazes e o mais das vezes economicamente ineficientes quanto à definição de instrumentos de controle

Isso significa o fim da guerra fria também para o movimento sindical e poderia pôr em discussão a própria unidade política dos católicos em um quadro de riqueza sempre maior do movimento.

e de endereçamento dos processos de acumulação no contexto de regras precisas de transferências do mercado, dos poderes e dos novos ordenamentos de propriedade.

b) Questões Institucionais

A oscilação que nestes anos houve entre a afirmação da centralidade da questão institucional e a fraca iniciativa a respeito deriva, seja da permanente divisão que sobre estes temas registrou-se em nossos grupos dirigentes, seja da incapacidade de transferir a batalha para a opinião pública e o país. Indicamos os seguintes objetivos:

- monocameralismo e redução do número de parlamentares com o conseqüente levantamento do quorum;
- anulação da “concordata” — instrumento dos Estados autoritários e escândalo para a própria consciência religiosa;
- eleição nas entidades locais com base nas listas programáticas;
- plena vigência dos direitos, reconhecidos pela Constituição, das minorias nacionais presentes na Itália;
- defesa da autonomia da magistratura e do Conselho Superior da Magistratura, com forte financiamento das atividades judiciárias (aumento do pessoal, adequação das estruturas e patrocínio das camadas mais carentes);
- defesa e fortalecimento do caráter público do serviço sanitário nacional e plena aplicação da lei 194;
- reforma urbana baseada na publicação dos regulamentos do solo;
- luta contra a criminalidade política: abolição do segredo de Estado, limitação do segredo bancário, reforma e transferência dos contratos públicos;
- legislação antimonopolista: a adequação da legislação italiana às normas definidas pela Comunidade Econômica Europeia deverá se dar sem a ilusão de eliminar, com obrigações e proibições, comportamentos de colisão e práticas monopolistas. É necessário pensar — na base da falência das mais antigas e severas legislações antimonopolistas, junto a um mais atento exame das formas de concorrência e a uma leitura não-demoníaca do papel dimensionador — em novas formas de socialização da propriedade;
- coordenação da luta contra os narco-traficantes, discriminação dos tóxico-dependentes e experimentação de formas de legislação controlada com administração de drogas pesadas por parte das estruturas sanitárias.

c) Questão Meridional

A reestruturação capitalista dos anos 80 tem ampliado novamente o desnível no terreno do desenvolvimento, da renda

das populações e das taxas de ocupação entre o *Mezzogiorno* e as regiões centro-setentrionais, onde os financiamentos públicos para as empresas têm acelerado a inovação do aparelho produtivo, ao mesmo tempo que as transferências de recursos aos órgãos públicos do *Mezzogiorno*, sem encorajar iniciativas locais, acentuaram a função de enclave geográfico dilapidador de recursos produzidos em outro lugar. Ao mesmo tempo agravou-se a ligação entre a emissão local de fundos públicos e a economia criminal, onde a ligação entre o banditismo organizado e setores sociais da camada política, radicalizando degenerações da vida política, presentes também nas regiões centro-setentrionais, arrisca pôr em crise a própria democracia republicana. Da mesma forma, como nos tempos de Gramsci e Salvenini, em que a sorte da democracia se ligou à aliança entre as vanguardas proletárias setentrionais e classes subalternas, expressão do subdesenvolvimento meridional, também hoje a questão meridional se recoloca de forma nova, como questão nacional, no terreno do modelo de desenvolvimento e democracia. Tanto maior é nesta situação a necessidade de um partido comunista de forte enraizamento social e de forte autonomia e iniciativa política. A proposta de substituir a nossa estrutura de partido de massa, de forte enraizamento social, por uma nova formação política de opinião e de imagem, se nos enfraquece aos olhos das massas populares, como mostra os resultados mais recentes nas eleições romanas entre bairros residenciais e periferia, enfraquece ainda mais a nossa futura iniciativa nas áreas meridionais onde a proposta da constituinte ameaça de ser recebida como mais um episódio da tradição reformista italiana. No campo do emprego do investimento agro-industrial, capaz de proteger e desenvolver uma iniciativa local difusa; no campo do apoio à cooperação e às experiências de associacionismo juvenil; no campo da alternativa às atuais gestões da despesa pública; é necessário criar um grande movimento ideal e de luta pelo renascimento do *Mezzogiorno*, que tenha, como nos anos 50, os comunistas italianos à cabeça das populações meridionais.

d) Questão Ambiental

A questão ambiental repropõe, com força, a contradição entre o uso dos recursos e a sua propriedade. Apresentam-se na cena mundial novos potenciais consumidores dos quartos quintos da humanidade, até hoje excluídos da satisfação de necessidades elementares de sobrevivência. Torna impossível qualquer pretensão de conceber o mercado como regulador, não somente aceitável do ponto de vista ético, mas também economicamente eficiente, e exige, ao contrário, formas inéditas de programação que saibam conciliar as exigências de consumo e bem-estar dos povos com os vínculos postos pela suficiência dos recursos. A progressiva compreensão da massa sobre estes problemas repropõe, portanto, sob novas formas, a supranacionais, o tema da superação do capitalismo. Neste terreno, é necessário superar a vacilação hoje presente em alguns setores ambientalistas — entre ações exemplares de ataque a singelas instalações poluidoras e ideologias de impossíveis retornos à comunidade pré-industriais — começando a colocar em discussão inteiros ciclos produtivos e a programar

A questão ambiental repropõe com força a contradição entre o uso dos recursos e a sua propriedade.

a redução dos consumos energéticos através do apoio público à reconversão. Em particular:

— controle e apoio público à reconversão agro-industrial. Intervenções imediatas no campo de limitação dos pesticidas (agricultura biológica) com a coordenação comunitária e financiamentos FEOGA;

— plano extraordinário para o armazenamento-reciclagem dos rejeitos industriais, facilitado por um sistema de incentivos-desincentivos fiscais voltados para reduzir o volume dos rejeitos e das descargas nocivas;

— plano nacional de reordenamento hidrológico dos solos, com reflorestamento, eliminação do concreto armado das margens dos rios, reconstrução dos aquedutos e unificação dos órgãos relativos, reconstrução e extensão das redes de esgoto;

— lei de horário nacional para o fechamento dos centros históricos aos meios privados e planos extraordinário de desenvolvimento do transporte sobre trilhos.

e) Questão do Desarmamento

A nova situação internacional impõe a elaboração de uma nova política externa de esquerda fundada na desmilitarização do desenvolvimento, na cooperação internacional, na segurança comum europeia e numa política de paz no Mediterrâneo. É necessário trabalhar para a realização de uma Helsinki 2, que assinale a passagem de CSCE (Conferência para a Segurança e a Cooperação na Europa) de 1975, na qual a segurança era baseada no equilíbrio entre os dois sistemas de alianças, a uma CSCE nos próximos anos voltada para a construção de um sistema integrado europeu baseado na segurança comum, em doutrinas militares defensivas comuns e no progressivo deslocamento de recursos do setor bélico ao setor civil. Daqui os objetivos:

— redução nas leis financeiras 1990/92 dos compromissos plurianuais de gastos com a defesa, com o objetivo de redução dos 50% da despesa em três anos, com redução do pessoal e das obrigações militares e conversão do serviço militar em serviço civil; com planos de reconversão de indústria bélica e desincentivo àquela privada; controle parlamentar maior na exportação de armamentos com proibição das exportações para países no caminho do desenvolvimento; fechamento das bases estrangeiras e retirada das tropas ali deslocadas; proibição de entrada nos portos de meios navais e submersíveis com armamentos nucleares; iniciativas pela dissolução dos blocos militares e dos seus organismos, a começar do Comecon.

f) Questão Cultural

A questão cultural, que ainda nos nossos últimos congressos era definida como a "grande questão nacional", tem sido progressivamente abandonada por um grupo dirigente inclinado a dar pouco peso ao papel estrutural condutor de cultura e de ciência nas modernas formas de desenvolvimento e a cavalgar com desenvoltura as mais diversas formas culturais. Desenvoltura que uniu-se à passividade perante o processo de transferência da "propriedade de cultura" para as mãos de poucos grandes grupos financeiros. O fim das ideologias significou assumir a ideologia mais forte de todas, aquela da legitimação do existente, neste caso, do choque "moderno" entre Agnelli, Berlusconi e De Benedetti pelo monopólio da informação. Mas pouco peso e distrações, como também amorosos sentimentos com determinados setores do capital financeiro, tem recebido até, por parte do partido, uma roupagem teórica, onde o abandono da "grande questão nacional" da cultura tem se interligado à questão um tanto quanto ambígua, ou mais propriamente de moda, de modernidade. Neste campo o partido tem ficado subalterno, fazendo o papel de espectador passivo, se não comparsa, da maior operação de concentração de cultura nas mãos do capital financeiro; operação exatamente divulgada como exemplo de modernidade, de modernização dos mecanismos de reprodução, de trabalho cultural.

Na realidade, sobre a questão da modernidade, o partido tem vacilado entre uma crítica irracionalista da modernidade, destinada a recolher apoios em alguns setores intelectuais e uma exaltação acrítica da modernidade destinada a convencer os operários a aceitar os custos sociais da restauração capitalista. Tem-se perdido, assim, devagar, o papel do intelectual coletivo, do educador de massa e de barreira contra as ideologias de legitimação do existente que tinha caracterizado o partido de Gramsci e Togliatti em suas relações com as massas e com a cultura internacional. O próprio setor cultural, além das orientações subalternas dominantes, acabou sendo marginalizado enquanto tal, na vida e nas decisões de partido. É necessário derrubar estas tendências com uma retomada da análise crítica da sociedade que tempere e renove a grande tradição cultural marxista:

- 1) considerar o investimento nacional e comunitário na formação do capital intelectual e na atividade de pesquisa e desenvolvimento como fator decisivo para o desenvolvimento social e para a competição nos mercados;
- 2) considerar a educação de base como fator prioritário de despesa, separando a evasão da obrigação e objetivando a unificação da escola secundária com a mudança de obrigação para 16 anos e organizando um sistema de formação permanente estendido a todos os setores da população;
- 3) projetar um plano extraordinário de catalogação, proteção e restauração dos bens culturais, valorizando também, para fins econômicos, o maior patrimônio cultural nacional existente no mundo, com reflexos políticos também na ocupação juvenil;

É necessário derrubar estas tendências com uma retomada da análise crítica da sociedade que tempere e renove a grande tradição cultural marxista:

4) reconstruir nas escolas superiores e na universidade um movimento estudantil capaz de ser um autônomo sujeito político, como já o foi nos anos sessenta, a partir das novas políticas de direito ao estudo e o estímulo e formas associativas autônomas de massa.

g) ^{Para} uma Democracia Socialista na Europa

Registra-se nesta fase um desequilíbrio entre a velocidade da inovação tecnológica, a rápida evolução dos mercados e a lentidão da renovação nos programas de esquerda e nas próprias formas da política. O ciclo neoliberal dos anos 80 tem significado também um enfraquecimento das políticas públicas da regulamentação dos mercados nacionais e um deslocamento das decisões para os mercados supranacionais dominados pela grande finança e pelos grandes grupos industriais.

A reabertura da questão alemã — que é necessário seja rapidamente resolvida sob a elaboração da confederação dos dois Estados alemães e a aceitação das fronteiras atuais — acentua a contradição entre a integração dos mercados geridos pelos grandes grupos, com o crescente predomínio dos bancos alemães e a fraqueza da iniciativa política a nível nacional e comunitário. As forças da esquerda europeia devem bater-se pela reafirmação do primado da política, dirigindo-se para a constituição de um parlamento europeu com plenos poderes e com um governo que seja sua direta expressão, e que se abra aos novos pedidos de adesão avançados pelos países europeus centro-orientais e meridionais. As forças de esquerda europeia devem visar, antes de tudo, o campo da desmilitarização do desenvolvimento, evitando que os projetos de redução da despesa militar e do compromisso militar norte-americano na Europa se traduzem em uma nova doutrina Baker e de incentivo ao rearmamento alemão. Outro campo prioritário da iniciativa de esquerda — invertendo o desequilíbrio entre a velocidade de integração dos mercados e a lentidão, isto é, fraqueza, do crescimento do controle político supranacional — é a harmonização comunitária das políticas fiscais e o desenvolvimento de uma legislação social unificada, desde a proteção dos direitos sindicais à unificação das formas de assistência social e à proteção à imigração extracomunitária.

Somente neste quadro é possível trabalhar para a construção do banco europeu e de uma política monetária unificada. Isso deverá acontecer sob o controle do parlamento europeu e não como coordenação entre presidentes dos bancos centrais e de hegemonia alemã. Neste quadro resulta decisivo para o futuro da esquerda europeia o encontro no terreno da democracia e das novas formas de desenvolvimento entre movimento operário e movimento ambientalista, que deverá expressar um novo estatismo voltado para o controle social do desenvolvimento, como alternativa ao velho estatismo até agora inope-

rante que se traduziu no uso privatista das finanças públicas nacionais e comunitárias e no crescimento dos desequilíbrios sócio-ambientais. Neste projeto supranacional de domínio da política sobre a espontaneidade dos mercados; nesta perspectiva de transição para novas formas de democracia socialista na casa comum européia encontra confirmação e nossa identidade de renovada força ideal e organizativa do comunismo; comunismo que acolhe a elaboração do movimento das mulheres na superação da tradição iluminista da igualdade, no projeto de uma sociedade em que as diferenças entre sexos, raças e se constituam, na base da igualdade das oportunidades, o mais amplo florescimento de riqueza do gênero humano; comunismo como movimento que realiza o domínio coletivo e consciente das mulheres e dos homens sobre o próprio destino.

Neste congresso os comunistas são chamados a decidir o seu próprio destino. Nunca um congresso do PCI foi tão

importante; nós nos dirigimos a todas as companheiras, a todos os companheiros, jovens e velhos, operários, técnicos, intelectuais, dizendo a eles: participem em massa do debate, discutam com clara fraqueza e com fraterna lealdade, confrontem abertamente suas opiniões e suas experiências, comprometam-se a fundo com paixão e com toda a sua inteligência. Pedindo-lhes para recusar a proposta de dissolução do PCI, nós não pretendemos propor uma política imobilista ou de conservação mas sim a premissa em direção a um caminho real, a uma possível, profunda renovação. Mas nenhuma renovação seria possível se prevalecesse a proposta do secretário que nos levaria a um caminho sem retorno, à liquidação do partido e de suas identidades. O nosso não à liquidação do PCI é um sim à contribuição de todos os comunistas nas novas e decisivas batalhas sociais; na luta, hoje mais avançada, para a democracia, o desarmamento e a cooperação internacional; na iminente campanha eleitoral. É um sim a um forte e renovado Partido Comunista Italiano.